

Desenvolvimento Endógeno: Uma Nova Perspectiva de Pensar Movimento Social e Participação

Almeida Alves, Carmen¹; Martins Fonseca, Antonio Angelo²; Beskow, Paulo Roberto³

1 - Universidade Federal de São Carlos - UNEB. 2 - Universidade do Estado da Bahia - UNEB. 3 - Universidade Federal de São Carlos - UFSCar.

RESUMO

Este artigo é parte do trabalho de pesquisa de mestrado realizado nos municípios de Uauá e Curaçá, localizados na região do semi-árido do Estado da Bahia. Objetivando saber as formas utilizadas pelos agricultores familiares, utilizadas para realizar seus controles contábeis, incluindo os gastos de produção. Para obter melhores resultados, foi adotado dinâmicas de metodologia participativa, como ferramenta que possibilitaram uma leitura contábil adequada a realidade, utilizando a mesma linguagem dos produtores familiares, base dos princípios da Agroecologia, tendo em conta o desenvolvimento endógeno.

Palavras chaves: Agricultura de base ecológica, Participação, Desenvolvimento endógeno.

Desarrollo Endógeno: Una Nueva Perspectiva del Piensar Movimiento Social e Participación

Almeida Alves, Carmen¹; Martins Fonseca, Antonio Angelo²; Beskow, Paulo Roberto³

1 - Universidade Federal de São Carlos - UNEB. 2 - Universidade do Estado da Bahia - UNEB. 3 - Universidade Federal de São Carlos - UFSCar.

RESUMEN

El presente articulo hace parte de un trabajo de investigación para una disertación de Master y si ha realizado en las municipalidades de Uauá y Curaçá, ubicadas en el sertão (región semi-arida), del Estado de Bahia. Se trata de conocer de que forma los agricultores familiares realizan su control contabil, incluyendo los gastos en la producción. Para obtener mejores resultados han sido adoptadas dinamicas de metodologías participativas como herramientas que hicieron posible una lectura contabil adecuada a la realidad, utilizando el mismo language de los productores familiares bajo los principios básicos de la Agroecologia, teniendo en cuenta el desarrollo endógeno.

Palabras claves: Agricultura de base ecológica, Participacion, Desarrollo endógeno.

I. Introdução

O presente artigo pretende contribuir para à construção de novos paradigmas de ordem econômico ambiental, pelo viés da contabilidade de caráter popular, através da qual os atores terão um melhor entendimento do que seja economia, a partir de suas realidades e dentro de seus limites educacionais e da vivência diária do seu labor.

Tendo como ponto de partida os princípios da Agroecologia, abordamos o conceito de desenvolvimento endógeno, como elemento basilar na formação dos movimentos sociais especialmente no caso em estudo: cooperativas envolvendo diversas famílias, atuando num determinado espaço geográfico, trabalhando no cultivo e beneficiamento de um produto endógeno – umbu.

Destacado por Euclides da Cunha como a “Árvore Sagrada do Sertão”, o umbuzeiro é o mantenedor do fruto que os sertanejos apenas colhiam e comercializavam em natura, a cerca de dois séculos, porém na última década vem passando por um processo de desenvolvimento com suporte técnico e financeiro de instituições governamentais e não governamentais, numa releitura de sua dignidade econômica, social e política, através do beneficiamento do fruto.

Vale mencionar que a preservação da caatinga através de sua espécie vegetal mais conhecida, também está integrada ao processo de cultivo e industrialização do umbu, resultando numa variedade de produtos como: compotas, geléias, sucos, polpas para suco, doce de corte e cremoso.

A metodologia participativa adotada no trabalho de pesquisa e as dinâmicas que a constituíram, funcionaram como ferramentas facilitadoras do diálogo, através do qual cada integrante foi valorizado em sua individualidade, formação e vivências. Promoveu-se então o resgate da memória contábil popular utilizada há décadas no incremento dessa economia que, embora informal, movimenta o mercado local e regional além de promover a fixação do homem no campo.

II. Desenvolvimento Endógeno: Além dos espaços industriais

A força semântica da palavra “desenvolvimento” é incrivelmente poderosa, fato que dificulta mensurar se determinada região atingiu ou não o tão almejado “desenvolvimento”. Para Esteve (2000), não há nenhum outro conceito no

pensamento moderno que tenha influencia comparável sobre a maneira de pensar e o comportamento humano.

Na linguagem coloquial, o desenvolvimento descreve um processo pelo qual são liberadas as potencialidades de um objeto ou de um organismo, para que esse alcance sua forma natural, completa e amadurecida. Daí o uso metafórico do termo para explicar o crescimento natural de plantas e animais. Através dessa metáfora, foi possível demonstrar a finalidade do desenvolvimento e, muito mais tarde, seu programa. (ESTEVE 2000).

O verbete foi primeiro utilizado pela Biologia, onde o termo se referia ao processo pelo qual os organismos atingiam seu potencial genético. Quando esse processo não atingia o crescimento, era considerado como não desenvolvimento e sim uma anomalia (Esteves, 2000). A partir de 1768 o fundador da história social, Jusus Moser, emprega a palavra *Entwicklung* para designar um processo gradual de mudança social.

No início de 1800, outro verbete tornou-se moda: autodesenvolvimento. Depois de ser publicada na Enciclopédia no ano de 1860, na Alemanha, esse verbete “desenvolvimento” era um conceito utilizado para quase tudo o que o homem sabe e tem. No início do Séc. XX, a palavra se generaliza, surge a expressão “desenvolvimento urbano” passando a representar áreas urbanas periféricas, baseadas na máquina de terraplanagem e na produção industrial homogênea e de espaços urbanos.

Entre 1875 e 1900, títulos de vários livros publicados em inglês, do sistema de transporte nos Estados Unidos, do casamento, da paternidade e maternidade, e de outras coisas mais. Em vez de desenvolvimento, alguns autores, em títulos de livros cujos temas eram o termômetro ou a noção de Deus, preferiam utilizar “evolução”. Outros ainda podiam escolher o termo “crescimento” para o título, mas no texto, empregava “desenvolvimento” como termo operativo principal. (ESTEVA, 2000.63).

As palavras crescimento, evolução e maturação, estão fortemente associadas à palavra “desenvolvimento”, causando no imaginário social e econômico uma teia solidificada, onde não se enxerga outra forma de qualificação, em especial tratando-se de atividades rurais familiares, que não foram contempladas pelo sistema econômico capital da mesma forma que os setores industriais e de agropecuária com produção em grande escala.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o Presidente Truman abria para o mundo – “a era do desenvolvimento” de onde se derivou outra palavra que cunhou a

força política-econômica dos Estados Unidos, surgiu o “sub-desenvolvimento”. A partir deste momento o mundo tinha uma percepção nova de “eu” e do “outro”.

A década de noventa gera um novo ethos desenvolvimentista, também no Norte, chamado de re-desenvolver, ou seja, desenvolver de novo o que foi mal desenvolvido. Já no Sul o re-desenvolver, tem outra conotação, a ênfase do re-desenvolver tem a ver com o que Esteve chamou de colonização econômica daquilo se chama setor informal.

Nas décadas seguintes, outras palavras foram acrescentadas para pontuar o quanto o desenvolvimento estaria de fato sendo uma mudança de melhora, segundo indicadores pré-estabelecidos de experiências ditas de sucesso. Surge o “desenvolvimento endógeno”, palavra aprovada pela UNESCO já na década de setenta.

O desenvolvimento endógeno ocorre em uma sociedade organizada, cujas formas de organização e cultura condicionam os processos de mudança estrutural e que, por sua vez, respondem as condições do processo de desenvolvimento. É por tal razão que os estudos realizados sobre os sistemas produtivos locais atribuem um valor estratégico ao componente sociocultural do desenvolvimento endógeno. (Fuà,1983; Vazquez Barquero,1988) apud (VAZQUEZ BARQUERO,2001.47-48).

Por sua vez, ainda não atingido o ponto ideal de desenvolvimento, temos nas décadas seguintes o eco-desenvolvimento, onde mais um elemento se agrega para mensurar o quanto uma região, local ou país alcançou melhoras tidas satisfatórias. Esse elemento centro de discussões atuais, o meio ambiente, além do desenvolvimento, este tem de atingir suas metas, crescer, e se tornar sustentável.

Pensar a dinâmica de desenvolvimento regional considerando as relações dos agentes econômicos como o governo, empresas, consumidores e neste caso, da participação econômica e ainda silenciosa dos agricultores familiares.

Estes, que segundo a Secretária de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (2004), “a agricultura familiar responde por: 67% do feijão consumido no País, 58% da carne suína, 54% do leite e 49% do milho, ocupando cerca de 70% da mão-de-obra no campo”.

Há de se definir o conceito de desenvolvimento econômico local, que, para Barquero tem a seguinte definição:

O desenvolvimento econômico local pode ser definido como um processo de crescimento e mudança estrutural que ocorre em razão a transferência de recursos das atividades tradicionais para s modernas, bem como pelo aproveitamento das economias externas e pela introdução de inovações, determinando a elevação do bem-estar da população de uma cidade ou região. Quando a comunidade local é capaz de utilizar o potencial de desenvolvimento e liderar o processo de mudança estrutural, pode-se falar de desenvolvimento local endógeno ou, simplesmente de desenvolvimento endógeno. O conceito está baseado na idéia de que localidades e territórios dispõem de recursos econômicos, humanos, institucionais e culturais, bem como de economias de escala não aproveitadas, que formam seu potencial de desenvolvimento. A existência de um sistema produtivo capaz de gerar rendimentos crescentes, mediante o uso dos recursos disponíveis e a introdução de inovações, garante a criação de riquezas e a melhoria do bem-estar local. (VAZQUEZ BARQUERO, 2001. 57-58).

Na afirmação de Barquero (1988), todas as comunidades territoriais dispõem de um conjunto de recursos (econômicos, humanos, institucionais e culturais), que constituem seu potencial de desenvolvimento endógeno. E é desse conjunto de recursos que se destaca a formação da COOPERCUC – Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá, localizada a 415 quilômetros de Salvador no Estado da Bahia. Essa instituição local que se originou do movimento de algumas mulheres, articuladas a outras instituições que puderam proporcionar a um pequeno grupo, um momento histórico para concretização de um novo empreendimento.

En un momento histórico concreto, una colectividad territorial, por iniciativa propia, puede encontrar nuevas ideas y proyectos que le permitan utilizar sus recursos y encontrar soluciones a sus problemas. En las economías de mercado, el surgimiento de una fuerza emprendedora local es una condición necesaria para que se inicie o continúe una nueva vía de desarrollo autónomo. La capacidad de liderar el propio proceso de desarrollo, unido a la movilización de los recursos disponibles en el área, de su potencial endógeno, conduce a una forma de desarrollo que ha venido en denominarse desarrollo endógeno. (VAZQUEZ BARQUERO, 1988. 25-26).

Contudo, o sucesso desse empreendimento, deu-se pela organização do movimento social local, apoio de instituições públicas a exemplo do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Integração, do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA), e outras instituições governamentais e não-governamentais e exemplo do SEBRAE,

Agendha, Horizonte 3000 entre outras que auxiliam na continuidade da produção e comercialização juntamente com as famílias envolvidas.

Consideramos instituição as criações humanas com o objetivo de dar forma às interações sociais. São originadas segundo Fonseca (2005:23):

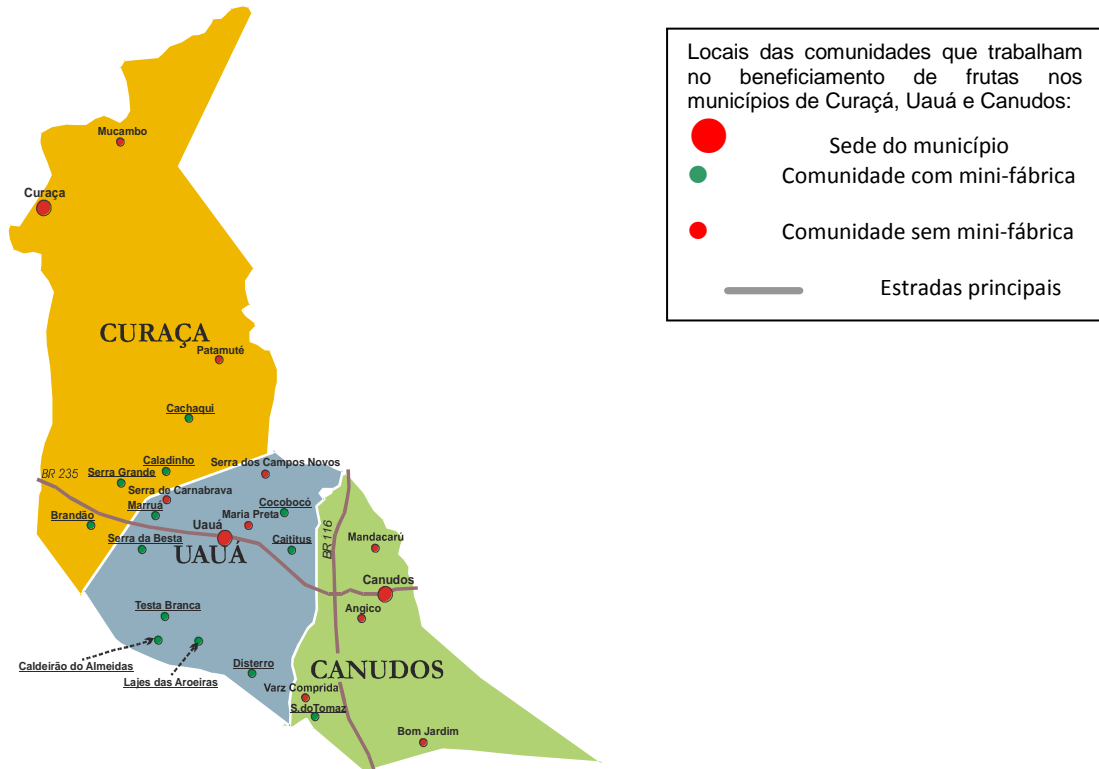
Formalmente ou espontaneamente, no âmbito social ou estatal, mas seja como for, podem reduzir as incertezas e os riscos, pois são guias, marco para a vida diária. Isso ocorre porque as instituições têm funções que podem permitir a difusão da informação a preços mais baixos; fiscalizar e obrigar o cumprimento das leis relacionadas aos contratos e direitos de propriedade de forma mais barata; e agilizar na superação de conflitos e controvérsias ligadas às falhas do mercado, aos direitos de propriedade, contratos entre outros.

Com o beneficiamento da fruta tradicional do sertão, o umbu, um grupo de agricultoras iniciou no ano de 2003 em parceria com o IRRPA (Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada) a organização de uma cooperativa que hoje alcança a 200 famílias, em 20 comunidades.

No que tange ao processo de desenvolvimento local, e neste caso rural, pode-se afirmar que um processo de mudança estrutural que conduz a uma melhora de nível de vida da população local, Barquero (1988), identifica duas dimensões nessas produções: uma econômica com sua capacidade de organizar os fatores de produção e competir no mercado e outra sócio-cultural, onde os valores das instituições locais são base para o processo de desenvolvimento.

Antes da formação da cooperativa, as famílias envolvidas não tinham água potável, vendiam o saco de 60 kg da fruta umbu ao atravessador, por R\$ 5,00 (cinco reais). Depois do beneficiamento pela COOPERCUC, a saca passou a custar R\$ 15,00 (quinze reais).

Locais das comunidades onde estão implantadas as mini fábricas de produção de doces, compotas e demais produtos da COOPERCUC.



Fonte: COOPERCUC- 2007

Houve mudanças no âmbito ambiental, com uma significativa diminuição de derrubadas das folhas e frutos verdes do umbuzeiro, prática comum entre os catadores de umbu, que prejudica o desenvolvimento das plantas, diminuindo a produtividade da árvore, o que ocasiona numa diminuição gradativa das árvores de umbuzeiros na região, contudo essas pequenas ações demonstram uma melhora tanto do ponto de vista econômico quanto social.

Para as comunidades abrangidas pelo programa, essas ações representam um avanço significativo na qualidade das várias famílias envolvidas, fato que não isenta de observações em relação à região onde estão instaladas as mini-fábricas.

As estradas locais estão em péssima conservação, dificultando o acesso tanto entre as localidades vizinhas, como o escoamento da produção das comunidades que participam do beneficiamento e fornecimento de matéria prima para as fábricas.

Partindo dessa dinâmica social, seus avanços e dificuldades sócios políticas, Valquez Barquero observa que:

El desarrollo local es un proceso de crecimiento y cambio estructural, que afecta a una comunidad territorialmente definida, y que concreta en una mejora del nivel de vida de sus habitantes. La industrialización local, que durante décadas ha sido la vía de crecimiento de las economías locales, no es, por tanto, un objetivo en sí, sino un instrumento de transformación del sistema productivo local. (VAZQUEZ BARQUERO, 1988. 128).

Fica a questão: Se, houvesse uma política pública voltada para o desenvolvimento local, industrializado, centrado e pautado no agronegócio de média e grande escala, a região teria menos impacto ambiental, mais justiça social e uma infra- estrutura que atendesse às especificidades climáticas com sua fauna e flora? Estaria o semi-árido isento da desertificação que está acelerando e diminuindo seus umbuzeiros de longas datas de existência?

Elaborar e efetivar políticas públicas que atendam às demandas regionais e proporcionar o desenvolvimento, não é tarefa fácil, mais ainda quando se trata da região Nordeste, onde o descaso e sistema político historicamente é marcado por uma política de exploração e desinteresse na formação sócio-educacional do povo.

III- Agroecologia e seus paradigmas num espaço chamado caatinga

Dentre os biomas brasileiros, o semi-árido é conhecido pelas suas dificuldades, falta constante de chuvas, e escassez de produção. Fato que não é verdadeiro, pois o bioma semi-árido tem capacidade de produção de variados produtos e nele, vive 10% da população nordestina. Também, é verdade que nele há vários problemas de ordem ambiental, social e política, o que não o difere dos demais biomas.

A Caatinga é um bioma exclusivamente brasileiro e o mais expressivo da região Nordeste, ocupando cerca de 10% do território nacional e abrangendo, uma boa parte dos estados do Ceará, Bahia, Sergipe, Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, além de pequenas áreas do Maranhão e de Minas Gerais.

Nesse bioma, existem cerca de 900 espécies de plantas, entre elas, umburana, aroeira, umbuzeiro, baraúna, maniçoba, macambira, mandacaru,

juazeiro, mandioca e cajueiro, e uma grande diversidade de fauna, abrigando centenas de espécies, entre aves, mamíferos e peixes.

O espaço no semi-árido é bastante heterogêneo, abrigando diversificações internas, dentre as quais a caatinga, em que a variabilidade de relevos, micro climas e disponibilidades hídricas tendem a refletir fortemente na diversidade sócio-econômica de cada espaço. Sua vocação econômica não é a agricultura, e sim a pecuária, onde se destaca o rebanho de caprino.

Com solos rasos, clima quente, chuvas irregulares e, ainda, apresentando um elevado índice de evaporação, a Caatinga é um meio ambiente vulnerável. Para Caporal e Costabeber, cabe afirmar que não se deve entender como agricultura baseada nos princípios da Agroecologia aquela agricultura que, simplesmente, não utiliza agrotóxicos ou fertilizantes químicos de síntese em seu processo produtivo.

Mas que vai além do manejo agropecuário, envolve as tradições culturais, o tipo de solo localização geográfica, costumes, gênero, geração, necessidades que somente a própria comunidade ou região pode construir, por ser ela protagonista e ator da sua realidade.

No limite, uma agricultura com esta característica pode corresponder a uma agricultura pobre, desprotegida, cujos agricultores não têm ou não tiveram acesso aos insumos modernos por impossibilidade econômica, por falta de informação ou por ausência de políticas públicas adequadas para este fim. Ademais, algumas opções desta natureza podem estar justificadas por uma visão tática ou estratégica, visando conquistar mercados cativos ou nichos de mercado que, dado o grau de informação que possuem alguns segmentos de consumidores a respeito dos riscos embutidos nos produtos da agricultura convencional, super-valorizam economicamente os produtos dito “ecológicos”, “orgânicos”, ou “limpos”, o que não necessariamente assegura a sustentabilidade dos sistemas agrícolas através do tempo. Neste sentido, temos hoje, tanto algumas agriculturas familiares ecológicas, como a presença de grandes grupos transnacionais que estão abocanhando o mercado orgânico em busca de lucro imediato, como vem ocorrendo com os chamados “alimentos corporativos”. (CAPORAL e COSTABEBER: 2007,9).

O nordeste brasileiro, durante o período de colonização, teve como marca uma política de extração e sem nenhuma preocupação no desenvolvimento da região. Assim como um sistema educacional que, em conjunto às Políticas Públicas, proporcionasse aos nordestinos além da convivência das dificuldades climáticas a

diversidade social existente, fruto das necessidades da produção de cana-de-açúcar e pecuária.

Cabe, a partir do exposto, pensar as ações que surgem a partir dos movimentos sociais e apoiadas por várias instituições, inclusive as governamentais, identificar quais ações estão promovendo o desenvolvimento local dentro dos princípios agroecológicos ou apenas adaptando-se para atender aos mercados tradicionais com os variados nomes, ou ainda se o foco é um nicho de mercado internacional.

Podendo até atender aos anseios como afirma Caporal e Costabeber (2007), e caprichos de consumidores informados sobre s benesses de consumir produtos agrícolas “limpos”, “orgânicos”, isentos de resíduos. Mas concomitantemente, essa forma de consumo, não permite que seja analisado o preço social e ambiental que uma grande camada de produtores enfrenta, para que esses nichos sejam abastecidos.

Entender o uso da Agroecologia como ciência que estabelece as bases para a construção de estilos de agricultura sustentáveis e de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, é vai além do reducionismo que vem sendo disseminado, pelo senso comum.

Segundo Caporal e Costabeber (2007), Agroecologia não é: “uma vida mais saudável”; “uma produção agrícola dentro de uma lógica em que a natureza mostra o caminho”; “o continuar tirando alimento da terra sem esgotar os recursos naturais”; “uma agricultura que não exclua ninguém”. Ainda frases do tipo que não definem e o objetivo proposto pela ciência: “fazer uma feira Agroecológica”. Na verdade, essas interpretações massacram a potencialidade para apoio ao desenvolvimento rural sustentável.

IV. Metodologia Participativa: foco na vivência individual e revelação coletiva

Fatores ambientais, educacionais e culturais, têm influência direta no comportamento dos atores envolvidos. Como desenvolver um trabalho onde o saber local seja preservado, e ao mesmo tempo se possa discutir numa linguagem acessível e compreensível a outras formas de saberes?

Para a Agroecologia, a metodologia deve possibilitar ao agricultor, técnicos e academia, um diálogo horizontal entre os diversos saberes e conhecimentos.

A participação é o caminho natural para o homem exprimir sua tendência inata de realizar, fazer coisas, afirma-se a si mesmo e dominar a natureza e o mundo. Além disso, sua prática envolve a satisfação de outras necessidades não menos básicas, tais como a interação com os demais homens, a auto-expressão, o desenvolvimento do pensamento reflexivo, o prazer de criar e recriar coisas, e, ainda, a valorização de si mesmo pelos outros. (...) Em síntese, a participação é inerente à natureza social do homem, tendo acompanhado sua evolução desde a tribo e o clã dos tempos primitivos, até as associações, empresas e partidos políticos de hoje. (DIAZ BORDENAVE:2007,16-17).

A proposta de investigar quais os valores, maneiras e lógicas realizadas pelos agricultores familiares realizarem a tarefa de gerenciamento de sua produção, partiu de um conceito além da compreensão focal, mas que permitisse uma consciência crítica onde o modelo de gestão seja construído pela realidade e necessidade local. Ou se comparando ao signo, que seja endógeno.

Qual seria o método a seguir? Como discutir uma ferramenta que tem na indústria seu foco primordial? Pode mesmo um agricultor familiar excluído do sistema educacional, compreender e criar seus métodos de controle gerencial? Pode ainda ter capacidade gerencial após um dia longo de labor? Essas e tantas outras questões sustentam no que diz respeito às metodologias participativas, sugeridas também pela ciência da Agroecologia.

Geilfus parte da seguinte reflexão:

Las herramientas participativas están previstas para el uso de técnicos y promotores que tienen que trabajar directamente con la población, entre la cual generalmente hay muchos analfabetas. Permiten también trabajar en base a la experiencia propia de la gente; los métodos participativos usan la visualización y la comunicación oral.

Estas herramientas están fundamentadas en el diálogo que debe respetar un principio fundamental: todos los participantes deben ser considerados como fuente de información y decisión para analizar los problemas y contribuir a soluciones a través de acciones de desarrollo. Todo el mundo, rico o pobre, con o sin educación formal, con o sin poder, debe merecer el mismo respeto y tener la misma posibilidad de expresar sus opiniones. (GEILFUS, 1997).

A utilização de metodologias participativas teve como intenção promover uma compreensão ampla da utilização do acompanhamento gerencial proposto pela

Contabilidade. Foi utilizada uma sequência de cinco dinâmicas, onde se levou em consideração, as questões de gênero, geração e formação escolar.

Fazendo uma analogia em alguns conceitos de cunho gerencial como: levantamento de patrimônio, etapas da produção e por fim os custos de cada etapa. Sem deixar de considerar o conhecimento e coleta de dados que destacasse o perfil das pessoas integrantes, foi realizado logo de início um questionário semi-estruturado, seguido da dinâmica inicial para sensibilização do que estaria proposto, conhecer e discutir a influência do controle contábil na gestão do agricultor familiar.

Considerações finais

Ao final, a comunidade pôde discutir sua produção, a importância do controle contábil e gastos desconsiderados durante os processos produtivos. Tudo construído em linguagem local, proporcionando aos participantes uma reflexão do quanto é gasto em parte do processo e não nem é monetarizado e tão pouco repassado ao preço final do produto.

O exemplo que ficou evidente foi quando, feito o fluxograma da produção da mandioca, os participantes não se davam conta do início do processo. Este realizado em média um ano e meio antes da colheita e transformação do produto final, a farinha. Durante as discussões, não era repassado e nem mesmo lembrado os gastos realizados para o preparo da terra e outros insumos considerados pequenos e corriqueiros.

Ao fazer o custo da produção do bode, criação comum e tradicional da caatinga, os produtores puderam visualizar sua rotina de manejo em especial ao tempo adequado para a venda. Em geral, todos os participantes não vendem o bode no tempo correto para o mercado, ou seja, com sete meses, deixam o rebanho crescer, fato que aumenta o consumo de alimento para o animal e baixa o valor de mercado.

Apenas uma produtora disse ter atenção a esse manejo e não perde dinheiro. Os demais participantes admitiram sentir satisfação em ver o rebanho crescer em quantidade. Não dando atenção ao objetivo final de todo trabalho realizado, por consequência, deixam de vender a produção por não ter mercado para o animal com

mais de um ano de vida. Segundo eles, nem a carne e nem o couro têm valor significativo no mercado.

Abordar o controle contábil dos agricultores familiares considerando seu processo construtivo de desenvolvimento endógeno, sua história, cultura e tradição, não seria compreensível se, não fosse uma metodologia onde o diálogo partisse numa terceira linguagem ou seja a eficiência das ferramentas gerenciais apropriadas a uma realidade específica e a oportunidade de rever conceitos e práticas, dentro da própria rotina.

Referencias

CAPORAL, Francisco Roberto, COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília:MDA/SAF/DATER-IICA, 2007

ESTEVE, Gustavo.Desenvolvimento. **In: Dicionário do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FONSECA, Antonio Angelo M. **Instituição e desenvolvimento territorial: o desempenho do município após a descentralização**. Feira de Santana: Universidade Estadual de Fera de Santana, 2005. 355 p.

FURTADO, Ribamar. **A intervenção participativa dos atores – INPA: uma metodologia de capacitação para o desenvolvimento local sustentável**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. (ILLCA) 2000.

GEIFUS, F. **80 herramientas para el desarrollo participativo: diagnostico, planificación, monitoreo, evaluación**. Prochalate-IICA: San Salvador, El Salvador.1997. 208p.

SCHISTEK,Harald et al. **A convivência com o semi-árido**. São Paulo: Petrópolis, 2003

VALZQUEZ BARQUERO, Antonio. **Desarrollo local: una estrategia de creación de empleo**. Ediciones Pirámide S.A: Ramón de la Cruz, Madrid – 1988.

VAZQUEZ BARQUERO, Antonio. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Tradução Ricardo Brinco. Porto Alegre:Fundação de Economia e Estatística, 2001.208 p.